

Ecos do Mercosul Cultural: políticas, ideias e práticas (2003-2015)

Ana Wortman (1) e Mônica Leite Lessa (2)

1 - Doutora em Ciências Sociais UBA (Universidade de Buenos Aires), professora da Faculdade de Ciências Sociais – UBA e Pesquisadora do Instituto Gino Germani na área de Estudos Culturais.

2 - Presidente do Fórum Universitário Mercosul (FoMerco), professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

Os estudos sobre cultura equivalem a registros de significados e definições compreendidas no contexto do investigador, escreve Williams, e o significado de cultura está diretamente subordinado ao desenvolvimento histórico. Não existe, portanto, uma definição conclusiva da idéia de cultura porque ‘a cultura é um processo’. Ela é co-constitutiva de todas as dimensões da vida social, mas, também, em um sentido mais especializado, refere-se às expressões artísticas. (WILLIAMS, 2011, p. 321)

Nesse sentido, coube ao conceito de indústria cultural¹ formular o primeiro registro crítico sobre o processo de mercantilização da cultura observando que ‘o cinema, o rádio e as revistas’ passaram a constituir ‘um sistema’ de produção e distribuição mundial de ‘mercadorias’, no qual ‘cada setor é coerente em si mesmo e todos os são em conjunto’. Esse ‘sistema’ levando à subordinação da

consciência do sujeito à racionalidade capitalista que produz a ‘falsa identidade do universal e do particular’, à promoção do consumo que aliena a sociedade de si mesma, reduz toda a ‘cultura de massa’ a um único padrão de consumo porque a ‘ideologia da indústria cultural é o negócio’ e ‘sua expansão segue o modelo das corporações gigantescas’. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985)

Considerando que os principais pressupostos críticos do conceito de indústria cultural continuam vigentes, Duarte chama a atenção para o fato de que a atual fase de expansão global da indústria cultural compreende diversificada base tecnológica com convergência entre tecnologias digitais, multimídias e realidade virtual. Esse conjunto de mídias faz com que o consumidor não se encontre mais na posição de ativo ou passivo, mas interativo.

Consumindo, simultaneamente, conteúdo e tecnologia. (DUARTE, 2010, p. 98).

Por sua vez, a oligopolização da

indústria cultural possui ‘uma dimensão diversa da fragmentação’: o controle engendrado pela concentração. ‘As consequências disso são graves, pois as agências transnacionais são instâncias mundiais de cultura, sendo responsáveis pela definição de padrões de legitimidade social [cujos] mecanismos existentes no seu interior são em boa parte (mas não exclusivamente) moldados pelas ‘indústrias culturais globalizadas.’ (ORTIZ, 1994, p. 165)

Nos anos 1990, o conceito de indústrias criativas, introduzido na Inglaterra, provocou grande debate em torno de sua significação ao designar diferentes atividades com características de criatividade e inovação que englobam de tecnologias digitais, multimídias e realidade virtual à música e arquitetura².

Outro ponto a se considerar nesse enquadramento das políticas globalizantes da cultura diz respeito à influência e controle exercidos pelos organismos internacionais, como observou Ortiz (1994). O conceito de política cultural, por exemplo, foi introduzido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1969, determinando aos países membros das Organizações das Nações Unidas (ONU) o reconhecimento explícito de suas ações culturais como políticas públicas. Decorre desse reconhecimento a institucionalização que determina situações que antes eram definidas na esfera estritamente nacional, e passam a ser coordenadas por uma agenda

globalmente estruturada. Essa perspectiva beneficiaria a ‘transversalidade da cultura’, que, defende Yúdice (2004), assegura à cultura a ‘onipresença’ na integração das demais políticas públicas.

Esse cenário do campo da cultura, conjugado às políticas neoliberais que marcaram a década de 1990 sob os ditames do Consenso de Washington e do ‘regionalismo aberto’ preconizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ao Mercosul, orientaram o processo do Bloco, principalmente, para uma integração comercial.

É somente a partir de 2003 que a dimensão cultural (e social) passa a ter significado no âmbito do Mercosul, com as eleições de governos de progressistas, e pela consequente reformulação das agendas desses países. O Mercosul adquire renovado impulso e se afirma para além da dimensão estritamente econômica até então praticada. Apresenta-se como espaço de uma política regional empenhada na redução das desigualdades sociais, na redução das assimetrias entre os países sul-americanos, na promoção de uma nova inserção da região no sistema internacional. Essas novas forças políticas constituem a reação mais evidente ao Consenso de Washington, cujos resultados altamente negativos para as economias sul-americanas, para o expressivo aumento dos índices de desemprego, de pobreza, de desindustrialização e da dívida pública, resultou na chamada ‘onda rosa’.

(LESSA, 2017).

Essa mudança de perspectiva inaugurou uma nova fase da integração. Sobretudo nos aspectos da política cultural do Bloco, entre 2003 e 2015. Circunscrevemos nossas reflexões à Argentina e no Brasil, de forma a se discutir a circulação de práticas e idéias que marcaram as relações culturais mercosulenas, em especial entre esses dois países do Bloco. Concluímos sobre a inovação da política e das ações desenvolvidas nesse período, observamos seus resultados sobre os sujeitos diretamente concernidos, os desdobramentos desse processo no circuito cultural de Buenos Aires e, por fim, analisamos como a circulação de ideias e agendas de pesquisas modificaram a comunidade acadêmica argentina a partir de seu interesse, e contato, com expressões da cultura brasileira em solo buenairense. Essa perspectiva não descarta a influência das estruturas da indústria cultural mas, antes, chama a atenção sobre a importância do Estado na formulação e amparo às identidades culturais, às expressões artísticas, e como esse caminho pode obter resultados promissores.

Registros de significados e definições

O reconhecimento do 'papel constitutivo da cultura' em 'todos os aspectos da vida social', sobretudo na pós-modernidade, tem conduzido a uma resignificação do conceito de cultura estabelecendo seu 'amplo poder analítico e explicativo na teorização social.' Dessa forma, passou-se a conferir renovada importância sobre os 'aspectos substantivos e epistemológicos' da cultura. Os primeiros conferindo visibilidade ao 'lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na

sociedade'. Os segundos, revendo a 'posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a "cultura" é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo.' (HALL, 1997, pp. 16-17).

Hall considera que o aspecto determinante dessa centralidade da cultura nas sociedades contemporâneas reside no papel que as indústrias culturais tem desempenhado como 'elementos mediadores em muitos outros processos' que envolvem diferentes tipos de mídias nos 'circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria prima e marketing de produtos e idéias.' (HALL, 1997, p. 17).

A mercantilização da cultura, em curso acelerado desde a segunda metade do século XX, condicionou sua institucionalização por meio da criação de serviços públicos inteiramente voltados para a formulação de políticas e ações culturais. Transformada em condição do desenvolvimento econômico, a cultura passou a determinar as necessidades da sociedade através do estímulo ao consumo em geral e, em particular, dos 'produtos' oferecidos pela indústria cultural. Essa nova posição da cultura, que conduziu à institucionalização de políticas culturais baseadas no projeto/discurso da democratização de seu acesso, condição necessária para um novo tipo de 'progresso', de 'justiça social' e de desenvolvimento geral da sociedade, disputou a orientação, o controle, a regulação, o desenvolvimento e o reconhecimento de suas ações entre os sujeitos e sobre os bens e serviços culturais. A indústria cultural reafirmando, portanto, o fim da noção

de 'esfera autônoma da cultura' na organização social. (GAUDIBERT, 1972, p. 9-13; MARCUSE, 2006, p. 89-136) Porém, esse processo avançou em meio às 'disputas ideológicas', especialmente na França, principal referência sobre política cultural em nível mundial, e, também, sede da UNESCO. O debate à ocasião da criação do primeiro Ministério da Cultura na França, em 1959, gerou um debate nacional sobre a noção de cultura e de política cultural, em meio a questionamentos sobre as 'funções' da cultura, sobre sua natureza 'integradora/subversiva' nos processos sociais, sobre sua crescente participação na estruturação e organização da sociedade. (GAUDIBERT, 1972, p. 9-13). Crítico desse modelo, Althousser argumentou que o projeto de democratização da cultura consubstanciava a ação do Estado para assegurar a renovação da reprodução das condições de produção através da regulação da cultura por meio de organismos que corresponderiam a aparelhos ideológicos do Estado (ALTHOUSSER, 1970).

Nesse sentido, é importante observar como a partir dos anos 1960, por meio de diversas ações, a UNESCO passou a coordenar uma política cultural global com forte intervenção no desenvolvimento das políticas culturais nacionais sob o argumento da cooperação internacional em prol do acesso universal à cultura com o fito do desenvolvimento econômico-social.

Portanto, uma das agendas da

UNESCO é o acompanhamento do desempenho da indústria cultural em nível nacional, regional e global. Em 2007, a indústria cultural mundial respondeu por 3,4% do PIB global, aproximadamente 2,0 trilhões de dólares - cerca de 2,6% do PIB total da União Europeia e quase 6,4% do PIB dos Estados Unidos. (UNESCO, 2010, p. 22) Em 2008, a crise econômica e financeira mundial provocou uma queda na demanda global, além de uma concentração de 12% no comércio internacional. Porém, as exportações mundiais de produtos e serviços do setor continuaram a crescer, alcançando a marca de 592 bilhões de dólares em 2008 — mais que o dobro do volume em 2002 —, o que indica uma taxa de crescimento anual de 14% durante seis anos consecutivos. (UNCATD, 2010, p. 10).

Em 2015, um estudo encomendado pela *Confédération Internationale des Sociétés d'Auteurs et Compositeurs*, (CISAC), confirmou a tendência observada em relatórios da UNESCO e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o crescimento constante da economia da cultura em nível mundial:

As receitas mundiais da CCI [indústrias culturais e criativas] são maiores do que as receitas de serviços de telecomunicações (US\$ 1,57 trilhões) e excedem o PIB da Índia (US\$ 1,9 trilhão). Os três setores que geram mais receita são a televisão (US\$ 477 bilhões), artes visuais (US\$ 391 bilhões)

e jornais e revistas (US\$ 354 bilhões). Com 29,5 milhões de empregos, as ICC empregam 1% da força de trabalho global. Os três principais empregadores são artes visuais (US\$ 6,73 bilhões), música (US\$ 3,98 bilhões) e a indústria de livros (US\$ 3,67 bilhões). *Un monde très culturel. Premier panorama mondial de l'économie de la culture et de la création*. (CISAC, 2015, p 8).

Outrossim, no contexto das políticas culturais dos países, é importante compreender o sentido de duas tendências que se alternam: a desregulação (diminuição da participação do Estado) e a regulação (aumento da participação do Estado). Dos anos 1980 até o início do anos 2000, observou-se uma crescente desregulação: diminuição da participação do Estado, privatização, internacionalização e precarização de determinadas áreas da cultura. A 'regulação' não desaparece, como alardeiam as forças do mercado, mas ela passa das mãos do Estado para o setor privado. E outros regimes de regulação ocupam o lugar do Estado impondo suas pautas (questões religiosas, valores morais, políticos, estéticos etc). (HALL, 1997, p. 36)

Nas fases de desregulação a indústria cultural assume um papel preponderante na conformação das 'identidades pessoais e sociais', 'determina as subjetividades', na medida em que 'a cultura governa os indivíduos através da escola, dos bens e serviços culturais', 'regula nossas condutas, ações sociais e práticas e,

assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla.'. (HALL, 1997, p. 18).

Em relação a essa perspectiva, cabe destacar que a prática da 'cooperação cultural' faz parte da política internacional desde a criação da Sociedade das Nações, mas se intensifica a partir da expansão da indústria cultural. No Entre Guerras, o discurso da precursora da UNESCO defendia a 'cooperação intelectual', no pós Segunda Guerra o foco passou a ser a 'democratização do acesso à cultura como um direito universal' e a 'cooperação internacional' em prol da 'modernização' e do 'desenvolvimento'. (LESSA, 2002)

A UNESCO passou, assim, a estabelecer a 'cooperação internacional', a 'assistência técnica', via modelos Norte-Sul, e a oferecer inúmeros programas de padronização cultural, acompanhados de seus devidos subsídios, entre outros mecanismos, como condição de acesso ao circuito internacional. Condicionados ou premidos, os países em busca de 'desenvolvimento sustentável da cultura' subscrevem, portanto, uma adesão a um modelo globalizado de política cultural que tem por discurso alcançar metas e resultados, na maioria das vezes, distantes das realidades dos países periféricos.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) também congrega diversos organismos e políticas importantes que, em grande parte, disputam a liderança em projetos

similares àqueles desenvolvidos pela UNESCO. Desde 1996, existe o Programa Interamericano de Cultura (PIC), em 2002 foi criado o Processo de Reuniões Interamericanas de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura, vinculado ao Departamento de Educação e Cultura da OEA. Também foi criada a Comissão Interamericana de Cultura (CIC), organismo técnico-político de discussão constituído por representantes dos Ministérios da Cultura e pelas Altas Autoridades de Cultura. (LESSA, 2017).

Em contrapartida, os dados estatístico sobre a cultura na América Latina difundidos por pesquisa da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEIA) revelam que

[...] Em 20 países de língua espanhola, mais o Brasil, a média do Produto Interno Bruto (PIB) dedicada à cultura está abaixo de 0,5%, enquanto a presença da internet cresce consideravelmente (40% tem acesso) e se transforma em uma espécie de contrapeso para as políticas oficiais. [...] 65% dos latino-americanos disseram não ter ido ao cinema no último ano, e só 9% realizaram a atividade uma vez por mês. [...] Mais da metade assiste a vídeos (56%), contra 40% que nunca o fizeram. [...] 45% dos entrevistados reconhece que não lê nunca ou quase nunca por motivos profissionais ou educativos. [...] Os latino-americanos costumam dedicar uma média de 3,5 horas por dia à televisão e 3,7 horas a mais nos finais de semana. [...] Em relação ao

rádio, em média são dedicadas 3,9 horas diárias de segunda-feira a sexta-feira. A leitura de jornais consome 3,7 dias por semana. [...] Grande parte da população acima de 51 anos (80%) nunca usou e-mail ou internet, contra 57% das pessoas com idades entre 31 anos e 50 anos, e 33% dos mais jovens. [...] O Facebook é a rede social mais usada em todos os países (38%), seguida pelo YouTube (21%). A média regional de acesso à internet é de 40% frente a 80% nos países da [OCDE] [...] “as elevadas tarifas de conexão à banda larga em relação ao PIB per capita mensal” e a “limitada infraestrutura de telecomunicações” de muitos países da região [limita esse hábito]. [...] 62% dos entrevistados admitiram nunca ter ido a um parque histórico ou a algum lugar que fizesse parte do patrimônio nacional, enquanto 27% disseram ter visitado locais como esses entre uma e três vezes. (El País, 14/9/2014)

Essa longa citação, que em seu original é muito mais detalhada, inclusive por país, termina com a seguinte conclusão da pesquisa da OCDE: *‘A criação local ou regional é essencial, apesar de não ser, talvez, percebida pelos entrevistados como Cultura.’* (El País, 14/9/2014).

Desafios e avanços

É no contexto ‘pós-hegemônico’ (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2018) que a cultura adquiriu um

interesse especial no quadro da integração sul-americana. De uma maneira geral, nos primeiros dez anos de existência do Bloco os trabalhos/discussões sobre os assuntos culturais claudicaram, como se depreende da leitura das discussões no Encontro de Fortaleza (1996), coordenado por Roberto DaMatta e Felix Peña.

Primeiramente, contudo, é importante ressaltar que antes da ‘onda rosa’ as relações culturais latino-americanas eram, sobretudo, de caráter bilateral, intermitentes, de discutível alcance, concebidas como ações diplomáticas isoladas, sempre limitadas por restrições orçamentárias, com público alvo restrito, empreendidas pelos países com maior capacidade de investimento, desconsideradas como fatores de inclusão e representação social, menos ainda como fator de integração, e favorecedoras da assimetria entre os países. (LESSA, 2017)

Primeira experiência regional institucional na área da cultura, o Mercosul Cultural tem sua origem na Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul, em 1995, que junto com os organismos então existente no âmbito do Bloco passaram a ser denominados como Mercosul Cultural. Porém, foi somente em 2010 que se aprovou a criação e instalação de uma Secretaria Técnica fixa, com sede em Buenos Aires, e na XXXI Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul, realizada no Rio de Janeiro, em 2010, sob a presidência *pro-tempore* do Brasil, se

aprovou a criação do Fundo do Mercosul Cultural³.

Em 2012 foram aprovados o documento de “Estrutura Orgânica e o Regulamento Interno do Mercosul Cultural”⁴ e a criação de um grupo de trabalho denominado “Comitê Coordenador Regional” – encarregado da redação do “Plano Estratégico de Integração Cultural do Mercosul”, com a função de estabelecer os objetivos de médio e longo prazo para respaldar as ações de integração, cooperação e intercâmbio cultural do Bloco.

Constituído, atualmente, de doze instâncias de trabalho, o Mercosul Cultural possui uma agenda temática que inclui ‘programas, projetos e atividades orientados para a promoção e o fortalecimento da cooperação, da centralidade, da transversalidade da cultura e de seu impacto na expansão das economias do bloco, e na visibilidade da diversidade cultural da região’⁵.

Na ampla pesquisa realizada nos anos 1990 sobre as políticas culturais dos países latino-americanos, Canclini fez um triste balanço sobre uma política ‘deformada’ por uma visão ‘elitista’, ‘burguesa’ e ‘mercadológica’, resultante de políticas culturais importadas, marcadas pela concentração de investimentos estatais na ‘tradicional tríade artes cultas - preservação de patrimônios monumentais- preservação do folclore’. Essas políticas, ele analisa, contribuíram decisivamente para a ‘alienação de uma consciência sobre a cidadania’ e para o aprofundamento

da ‘dependência cultural’. ‘Poderíamos dizer que no momento em que estamos a ponto de sair do século XX as sociedades se reorganizam para fazer-nos consumidores do século XXI e, como cidadãos, levar-nos de volta para o século XVIII.’ Uma vez que nos países da América Latina ‘transmitem-se em média mais de quinhentas mil horas anuais de televisão’ contra apenas ‘onze mil’ na Europa Latina, e que ‘somos subdesenvolvidos na produção endógena para os meios eletrônicos mas não para o consumo’. (CANCLINI, 1999, p. 53)

Outro ponto por ele levantado diz respeito às políticas globalizantes da UNESCO que reiteram uma orientação conservadora, e que não alcança contingente significativo da população em geral, como vimos com os resultados da pesquisa da OCDE, publicada pelo *El País*: 67 projetos reconhecidos pela Agência, no biênio 1990-91, 28 versavam sobre a proteção do patrimônio cultural, 17 sobre a participação na vida cultural e o desenvolvimento, 10 sobre a dimensão cultural do desenvolvimento, 8 sobre criação artística, 3 sobre a relação cultura, ciência e tecnologia, e apenas sobre 1 comunicação de massa. (CANCLINI, 1999, p. 234)

É, portanto, na natureza de sua política cultural que se encontra o centro do debate sobre os avanços/realizações do Mercosul Cultural. A inovação de suas propostas e abordagens, com a valorização das práticas culturais até então ignoradas pelos subsídios e outros apoios dos

Estados nacionais e do Bloco, representa um marco nas políticas culturais locais e regionais. Um esforço para a superação de estruturas complexas, antigas, ‘elitizadas’ e reproduzidas acriticamente reiteradas vezes.

A questão das políticas culturais/dos estudos culturais latino-americanos/do giro decolonial

Restrepo (2015) aponta, ao lado de diversos outros autores, que o emprego da denominação Estudos Culturais Latino-Americanos é de origem recente, por volta dos anos 1990, e origina-se do espaço acadêmico estadunidense que denomina de *Latinamerican studie ou Latinamerican Cultural Studies* as ‘investigações e trabalhos acadêmicos sobre os países ou regiões da América Latina’. Esse termo equivaleria a mais uma forma de ‘apagamento’ das ‘heterogenidades irreduzíveis.’ Mas, Barbero reivindica ‘Nós fazíamos Estudos Culturais muito antes que essa etiqueta aparecesse.’ (RESTREPO, 2015, pp.22-23)

No Brasil, Luciana Ballestrin resgatou a trajetória e o pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), para destacar a contribuição desse ‘coletivo’ em promover um ‘movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das Ciências Sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro

decolonial". (BALLESTRIN, 2013). No âmbito das Relações Internacionais, por sua vez, coube a Fernandez (2019) e a uma série de outros autores(as) na atualidade, que buscaram recuperar o pensamento latino-americano na disciplina, inclusive, nos estudos de integração regional. Lessa; Fontes Et Al (2020) estabeleceram essas conexões entre os estudos decoloniais de modo inter(trans)disciplinar a partir das Relações Internacionais, cultura e comunicação social problematizando múltiplas agendas de pesquisa, sobretudo, nos âmbitos das políticas externas vis à vis aos processos de integração regional Sul e latino-americana.

Na Argentina os Estudos Culturais latino-americanos decorrem do desenvolvimento, em uma chave regional, da teoria social e cultural produzida em outro Norte, principalmente por Pierre Bourdieu, e posteriormente por antropólogos como Arjun Appadurai, Mary Douglas e Daniel Miller. Porém, a vasta produção dos intelectuais latino-americanos tem sido fundamental na geração do conhecimento responsável pelos novos rumos das políticas culturais regionais, sobretudo a partir do início dos anos 2000.

Nesse sentido, a contribuição de George Yudice (2003) ao viajado conceito de cultura deve ser destacada. Em seu renovado conceito de cultura, concebido a partir de teorias políticas baseadas nos conceitos de confiança e de capital social, no reconhecimento das

capacidades próprias dos sujeitos, derivadas de suas experiências existenciais e da integração com o seu meio social, é que surge o conceito de cultura como recurso, vinculado a uma visão renovada do desenvolvimento e que tem implicações nas novas formulações das políticas culturais no Brasil, Argentina e Uruguai, com o objetivo valorizar a cultura em termos de identidades. (WORTMAN, 2009; 2011)

Do trabalho de campo que Yúdice realizou em Salvador da Bahia em empreendimentos culturais como o Afro Reggae e o Olodum, e no Rio de Janeiro no Viva Rio, surgiu toda uma série de reflexões e pesquisas sobre empreendimentos culturais comunitários. (YUDICE, 2003) Em trabalhos mais recentes se constata uma linha de reflexão sobre a questão cultural em nossos países que também influenciou o crescimento de um saber fazer sobre a cultura que se denomina gestão cultural. (GARCÍA CANCLINI; URTEAGA, 2011; YUDICE, 2007)

Gestão que não se limite exclusivamente a uma determinada concepção de Estado que intervém e fortalece as instituições, mas convoca grupos sociais, bairros, localidades e instituições da sociedade civil a se fortalecerem a partir da produção de um bem cultural, seja música, teatro, dança, a partir da ação dos artistas empenhados na construção de seus próprios empreendimentos. O artista não seria mais uma pessoa que se destaca dos demais exclusivamente por sua criatividade, em um sentido

transcendente e que deve ser subsidiado, mas deve aprender uma série de habilidades para organizar um projeto, encontrar um espaço, promovê-lo e gerar um fato cultural e artística. A dimensão econômica do bem cultural faz parte da ação do artista e não se opõe à sua criatividade e significado. (WORTMAN, 2013).

Na Argentina, e no contexto da crise de 2001, todo um conjunto de saberes culturais se tornou visível - sem ter lido Yudice - baseado nessas práticas, embora, provavelmente, influenciado pela rápida circulação de Discursos da Economia Social e do Fórum Social Mundial graças às redes e principalmente à internet. Os centros culturais organizados em autogestão surgiram como uma forma de dar origem quase que naturalmente ao crescimento de artistas, produtores culturais, graduados de novos espaços artísticos educacionais, tanto terciários como universitários, bem como iniciativas de gestão local. (WORTMAN, 2009)

Nesse contexto, a cultura passou a ser visibilizada como espaço de criação de emprego, de acordo com a idéia de promoção das indústrias criativas para o desenvolvimento, também com o impacto que as novas tecnologias que então começavam a ter como instância conquistas culturais, por outro. Definimos essas capacidades como políticas culturais da sociedade civil (WORTMAN, 2009) porque verificamos que surgiu uma dinâmica de cultura como o trabalho e o empreendedorismo, não derivada de

financiamentos estatais ou de empresas privadas, mas de iniciativas de grupos e empresas informais, nem sempre levado em consideração e que atualmente continua e é permanentemente recriado.

Nesse sentido, podem-se ler os trabalhos mais recentes de García Canclini (2011b) sobre empreendedorismo cultural de jovens e também a análise que Yudice faz da rede de coletivos brasileiros chamada Fora do Eixo (AZEVEDO DA FONSECA, 2015) Em todo caso, esses empreendimentos revelam novas subjetividades e novas formas de operar a cultura. Desde a segunda metade da década de 1990, inúmeras empresas culturais surgiram de diferentes áreas da sociedade civil que operam em rede, ao estilo do que propõe Castells (2009). Parafraseando sua teoria da Sociedade em Rede, os sujeitos tendem a se agrupar e a se vincular em rede da mesma forma que ocorre com a informação e a comunicação.

Em entrevista publicada em revista cultural de grande alcance de Buenos Aires, recentemente García Canclini (2013) retoma o conceito de democratização cultural, sobre o qual já havia refletido em um dos livros fundadores das discussões sobre políticas culturais nos anos 1980 em nossas sociedades. (GARCÍA CANCLINI, 1987) Já nessa época ele se referia ao fato de que a formulação de políticas culturais a partir do pensamento de acesso era limitada, pois a chamada democratização da cultura se limitava

a uma única concepção, a das artes plásticas. Depois de três décadas, ele mais uma vez afirma que as políticas culturais apoiadas por essa concepção foram um fracasso e pergunta, olhando de soslaio para as concepções de Bourdieu, se deve se tornar um mandato para que uma sociedade democrática apenas aspire a ser mais igualitária pelo acesso da cultura de cultura. Ele se pergunta, então, se todos deveriam estar interessados em consumir o que consomem aqueles que têm maior capital cultural e econômico, não existem outras tradições, práticas? Quem tem o poder de determinar o que é legítimo e ilegítimo nas sociedades contemporâneas? Por fim, a questão do poder surge novamente a partir dessa intervenção sobre os sentidos e os giros das políticas culturais no prazo de 25 anos.

Portanto, por um lado, uma nova dinâmica da economia mundial emergiu, já que o campo da cultura tem um papel crescente e determinante, devemos considerar ou desenvolver um novo campo do conhecimento no pensamento latino-americano que influencie o surgimento de novas perspectivas sobre as políticas públicas culturais da região sul-americana, em especial as não denominadas do Mercosul Cultural. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que em termos de democratização cultural, tanto na Argentina quanto no Brasil, existem dois eixos. Por um lado, a ideia de cultura e economia para o desenvolvimento, gestão do

empreendedorismo, promoção da criação cultural e, por outro lado, desde 2003, pensar a cultura como factor de inclusão social, quase em termos de políticas sociais, que podem se transformar em microempresas, com impacto social. Como essas ideias se refletem nas políticas culturais originadas nos Programas de Pontos de Cultura da Argentina?

Pontos de cultura - argentina e brasil

Em 2004, o Ministério da Cultura do Brasil lançou o Programa Cultura Viva, que em 2014 tornou-se política de Estado sob a denominação de Política Nacional de Cultura Viva. Por sua vez, o Cultura Viva abrigava o programa Pontos de Cultura, que marcou 'uma mudança de paradigma na elaboração de políticas públicas' orientando o foco de sua ação para 'promover e viabilizar o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais', conforme consta nos objetivos do programa. O sucesso dos Pontos de Cultura se traduziu em mais de 2.500 registros do Programa e mais de 30 mil postos de trabalho. A adesão ao Programa por outros países da América Latina também representou um estímulo para as trocas de experiências, saberes e políticas culturais fora dos tradicionais circuitos institucionais transnacionais.

Como essas ideias se refletem nas políticas culturais originadas no

Programa Pontos de Cultura da Argentina, entre outros países onde programas semelhantes foram implantados?

Em primeiro lugar, devemos citar o Parlamento do Mercosul na promoção do Programa Pontos de Cultura na Argentina. Embora, dois anos depois da proposta e cinco anos após sua implantação no Brasil, um programa semelhante começará a ser implantado por meio de editais.

Na Argentina, os Pontos de Cultura se formaram como parte de uma política transformadora na perspectiva das políticas culturais nacionais, a partir de 2011. O governo de Cristina Kirchner (CK) foi perdendo legitimidade no que diz respeito ao envolvimento de diversas questões econômicas e que possui ações político-culturais, entre outras intervenções, para reafirmar a dimensão hegemônica do projeto político começado em 2003 com Nestor Kirchner (NK) e que continuou com Cristina em 2007, que se fortaleceu junto com o crescimento econômico dos dois primeiros anos do governo NK, mas chegou a manifestar algumas fissuras. (WORTMAN, 2015),

Conforme indicado na natureza econômica, à medida que o ano de 2009 avança, os custos sociais da crise vão se tornando cada vez mais evidentes: suspensões de mais de 100.000 trabalhadores nos primeiros meses, milhares de demissões (199.000 no final de 2008, segundo o INDEC) conseqüente remanescência do imposto profissional devido ao aumento do sub-negócio: a taxa do

imposto profissional aumentou 42,2% - população total da população - não 2º trimestre de 2008 para 41,8% ao ano depois, inquanto ou sub-negócio saltou de 8,6% - população economicamente ativa - para 10,6% não no mesmo período. Junto com a persistência de deficiências estruturais não resolvidas⁶ para grandes setores da população (empreendimentos de baixa renda próximos a 60% da população ocupada, incidência de pobreza de renda superior a 30% da população, alto déficit habitacional e de infraestrutura urbana, deterioração contínua da educação e saúde pública) este processo consiste em um mapa social em rápida deterioração.

Ou seja, uma série de ações no plano cultural criou outro universo simbólico de legitimação da gestão política que nos permitiu superar a crise social que apontamos. Essa descrição não implica desqualificar novas ações culturais, aliás, mas as coloca em um determinado contexto, uma vez que até então as políticas culturais não haviam se constituído em um eixo central da ação política e menos ainda do discurso político. A partir de 2009, podem ser notadas as seguintes intervenções culturais (Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual, Lei da Igualdade do Casamento, Festa do Bicentenário, mudanças no Ministério da Cultura, novos programas, etc.) Em resumo, durante este período de governo o As políticas federais de desenvolvimento das artes e da produção cultural local seriam limitadas. A sua diversificação

burocrática e programática - incorporando, entre outros instrumentos, uma política cultural renovada nos meios de comunicação - foi apoiada fundamentalmente pela Presidência e pelo programa do Bicentenário, e encontraria menos reflexo na capacidade do SCN de influenciar o todo o campo cultural territorial.

Como no caso brasileiro, criado 7 anos antes, as prioridades do Programa lançado na Argentina em 2011 eram promover uma descentralização da cultura que permitisse um alcance territorial e uma integração de todas as vozes presentes no país. O programa consistia no apoio a projetos socioculturais implementados por diferentes grupos da sociedade civil. Os Pontos de Cultura atuam a partir de uma gestão compartilhada entre o Estado e a comunidade para a articulação de ações e projetos já existentes no território.

Com o objetivo de formar uma rede nacional de organizações culturais que promovam a inclusão social, a identidade local e o desenvolvimento regional em todo o país, a Secretaria Nacional da Cultura promoveu o programa “Pontos de Cultura” “De âmbito federal, a aposta é apoiar o trabalho de organizações sociais e comunidades indígenas, e promover novos projetos, englobando a enorme riqueza cultural do país e suas diversas manifestações”. (Cultura Argentina, Ministério da Cultura, Presidência da Nação; 2015)

Também, como no caso brasileiro, a implantação do Programa Pontos de Cultura não foi um programa isolado, mas deu continuidade a um conjunto de programas e ações que vinham se desenvolvendo alguns anos antes, como o Centro Cultural del Bicentenário, La Cultura Argentina. Hoje, Temas Argentinos, Argentina de Punta a Punta, Cultura do Café, Cultura do Chocolate, Cultura Solidária, Memória, Cidadania e Diversidade, Povos Indígenas, Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil, entre outros (RUBIM; BAYARDO; 2008) assim se formando uma rede de programas complementares que compartilham uma abordagem de política pública que empodera de baixo para cima e dá origem a múltiplos atores na cena cultural e sociopolítica.

Os Pontos de Cultura realizam os seguintes componentes: linhas de apoio econômico; entrega de equipamentos para produção audiovisual e registro de experiências; realização de treinamento; interligação entre os diferentes Pontos através de encontros nacionais e regionais e um portal web para partilha de imagens e atividades; articulação com diferentes programas do Ministério da Cultura e entre Pontos Culturais que promovam processos de integração, entre outras estratégias

Na especificidade de cada um desses programas, encontram-se conceitos-chave como territorialidade e integração de uma cultura que engloba diferentes perspectivas,

segundo a linha de programas culturais da gestão anterior, como o Programa de Cultura do Café promovido pela anterior. Secretário de Cultura José Nun:

“O programa Café Cultura articula as áreas da cultura municipal, provincial e nacional de forma a promover espaços de encontro e reflexão, orientados para a participação e mobilização democrática. São realizados em cafés e bares em muitas cidades do país com artistas, intelectuais, lideranças sociais, jornalistas. ” (RUBIM; BAYARDO; 2008; p. 40).

Também se reflete a ideia de economia solidária e de construção de uma cultura comunitária a que aludiu Turino: “O Chocolate Cultura visa promover nas crianças valores como solidariedade, diversidade, identidade por meio de jogos, recreação e shows em escolas, clubes, praças, refeitórios comunitários etc., em todo o país, em articulação com organizações locais. Já o Programa Cultura Solidária articula iniciativas com componentes solidários em benefício de entidades de bem público por meio da publicação de livros ”(RUBIM; BAYARDO; 2008; pp. 40-41).

Por sua vez, iniciativas como a construção da Casa Central de Cultura Popular na aldeia 21-24 de Barracas, na cidade de Buenos Aires [2], são expressões claras da capilaridade que se pretende neste programa de democratização da cultura e a mesma ideia que sustenta o Programa Cultura Viva Comunitária. Busca não apenas a pluralidade, o federalismo e a

democratização da cultura, mas também o surgimento de uma nova economia “comunitária” que promova a solidariedade e crie um pilar para uma cultura sustentável.

“... Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil é um programa que concede subsídios às organizações sociais que realizam empreendimentos criativos ou produtivos de base cultural que promovem a inclusão social, a identidade local, a participação social e o desenvolvimento regional. Também busca a capacitação de organizações sociais para a apresentação de projetos e a transferência de metodologias de trabalho cultural comunitário. ” (RUBIM; BAYARDO; 2008; p. 41).

Fica claro a partir daqui que este processo de desenvolvimento cultural e empoderamento de baixo para cima na cultura acompanha o processo de globalização ao construir identidades plurais e romper com a ideia de culturas nacionais homogêneas. A promoção dos Programas de Pontos de Cultura constituiu uma visão renovada das políticas culturais que de alguma forma foi a síntese de programas anteriores também voltados para o fortalecimento da sociedade civil e finalmente a autogestão. Como pode ser visto tanto na proposta brasileira como nas sucessivas que foram criadas na Argentina, Uruguai, Peru e Equador, a cultura foi pensada no sentido de promover a inclusão social e constituir a dimensão simbólica das políticas

sociais. Em termos gerais, o social não foi pensado em termos de bem-estar, mas valorizando as capacidades das comunidades onde já havia potencial criativo. As avaliações de programas realizadas em diferentes pontos de seu desenvolvimento tornam difícil fazer comparações de escopo.

Pode-se deduzir das informações existentes que as dimensões do programa no Brasil foram maiores, mas não temos informações sobre a magnitude do financiamento na Argentina, em relação ao orçamento da cultura em geral. Em ambos os casos, procurou-se potencializar as capacidades sociais em termos de projetos culturais. Se pudermos observar diferenças na base dos programas. No caso do Brasil, fica evidente a intenção de democratização e inclusão social de setores que historicamente foram deslocados e raramente participaram de processos sociais e políticos. No caso da Argentina, evidenciou-se ainda a intenção de buscar legitimação política, em momentos de fragilidade e renovação do consenso e reconstituição do vínculo social como consequência - ao contrário do caso brasileiro - dos processos de desmobilidade e exclusão social produzidos durante os anos noventa. O trabalho cultural com organizações de base às vezes traz esse perigo. Parte disso pode ser percebido na reiteração do uso do conceito de batalha cultural, integrando esse programa a outros projetos políticos culturais do governo com o objetivo de obter aderência simbólica.

Múltiplas questões permanecem quanto ao destino desses programas nas novas trajetórias políticas de nossos países, mas também quanto ao futuro das pessoas envolvidas. Infelizmente, muitas vezes os programas não criam instituições e, embora possam ter êxito em algum ponto, os pêndulos políticos mostram sua fraqueza. No caso do Brasil, a gravidade da situação política coloca em risco a continuidade do Programa, envolvendo um grande número de pessoas. Na Argentina, a situação é menos grave, embora o Estado nacional também passe por uma grave crise econômica.

Ecos do Mercosul cultural - as ciências sociais argentinas e o brasil

As relações culturais entre Brasil e Argentina, sobretudo nos últimos vinte anos, repercutiu de forma intensa no campo das Ciências Sociais argentina que demonstrou grande interesse pela reflexão sobre o Brasil na Argentina e os traços culturais de sua presença no contexto das chamadas questões binacionais. Congressos organizados para a reflexão e o debate sobre os processos de integração cultural e regional, originaram diversas obras de cientistas sociais, sociólogos, antropólogos e cientistas da comunicação argentinos, que buscaram refletir sobre as particularidades da presença brasileira na Argentina, seu impacto na cultura, a questão afro na Argentina etc. Os temas dessas obras geralmente

tem uma certa consonância com as políticas culturais que se formulam nas organizações internacionais: temas sobre a diversidade cultural das nossas sociedades em um mundo em globalizado, a indefinição das identidades centrais europeias, a revalorização das identidades oprimidas, a identidade dos países do MERCOSUL. Há também vários trabalhos sobre a incidência social, cultural e demográfica dos migrantes brasileiros.

Em um mundo recém-transnacionalizado, mas em direções diferentes daquelas que ocorreram no final do século XIX e início do século XX, e com outros padrões de pensamento e outras questões, emerge o questionamento sobre a forma como a identidade argentina era pensada e a possível existência de uma matriz identitária comum à brasileira com componente de raças africanas, anteriormente negada no caso argentino. Este reconhecimento de uma migração africana nas origens da nação Argentina, produziu uma explosão de demanda por danças afro-enraizadas que costumam ocupar o espaço público nas mobilizações do aniversário do golpe militar de 1976. Daí a questão dos direitos humanos na Argentina foi expandido para incluir direitos iguais e questões raciais. O reconhecimento da matriz afro se dá na valorização das danças e da música. Não seríamos mais tão europeus. Outro aspecto novo no universo das pesquisas argentinas é o estudo da cultura afro-brasileira, e em seu

‘modelo’ baiano de exportação, muito aperfeiçoado para o turismo, mas também em termos de empoderamento dessa identidade baiana na cultura brasileira. Mencionamos isso porque no documento argentino que constrói uma história sobre a presença brasileira na Argentina é dito que, embora a migração brasileira dominante tenha origem no Sul do Brasil, as atividades culturais que são promovidas em termos de identidade brasileira são preponderantemente do Nordeste.

Outra questão significativa desta nova etapa em termos de gestão é a ação cultural pública que não aparece como exclusividade dos Ministérios da Cultura, mas se expressa em termos da secretaria dos Direitos Humanos, Cidadão, etc. Há um cruzamento do cultural com outras áreas sociais. Na verdade, vários dos eventos invocados para celebrar o Brasil são promovidos por secretários ligados a esses temas. Da mesma forma, cabe mencionar que a Cultura também começou a pensar em relação ao seu potencial para o Desenvolvimento Econômico e em várias ocasiões as áreas de Economia dos ministérios começaram a pensar nas indústrias culturais e incorporaram em nossas terras a questão das indústrias ‘economias criativas’. Por um lado, essa maior visibilidade pode ser compreendida pelas políticas desenvolvidas em nível nacional pela Secretaria de Direitos Humanos. Por uma década existiu a área de

Diversidade Cultural e ali a Subsecretaria de Cultura Afro da Argentina teve uma presença crescente. Também o Centro Cultural Haroldo Conti, que depende dos Direitos Humanos, costuma ser um espaço cultural de divulgação do cinema brasileiro e em seu auditório é frequente a apresentação de grupos de dança e música relacionados ao Brasil. No caso da cidade de Buenos Aires, a Subsecretaria de Direitos Humanos e Pluralismo Cultural garante, promove e divulga os Direitos Humanos, seus valores e princípios e o pluralismo social e cultural, por meio de programas e políticas voltadas para a valorização do respeito pela diversidade. Neste âmbito se insere a Direção Geral de Coletivos cujos objetivos são os seguintes: Descrição das Responsabilidades Primárias Incentivar o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural que as comunidades contribuem para a construção da identidade portenha. Divulgar e promover os usos e costumes das diferentes comunidades que residem na cidade autônoma de Buenos Aires. Contribuir para a preservação do patrimônio histórico, social e cultural das comunidades. Fortalecer o vínculo entre as comunidades que residem na cidade autônoma de Buenos Aires e a sociedade como um todo. Assistir e acompanhar as comunidades em seu trabalho institucional.

Dentro desta diretoria, junto com as associações civis, existe uma tendência muito significativa de

crescimento da presença brasileira em Buenos Aires e em áreas metropolitanas. comemora o Brasil e que faz parte da homenagem de Buenos Aires às comunidades que deram forma à identidade nacional e também às migrações mais recentes. Como também se observa no documento sobre a comunidade brasileira em Buenos Aires, suas associações civis e também seus vínculos com a prefeitura são muito significativos na organização desta festa. O mais poderoso é a Associação Civil de Intercâmbio Cultural "Me Leva Que Eu Vou", La Casa do Brasil-Escola de Línguas (1999)⁷. Também podemos citar "A Associação Cultural Argentino-Brasileira" A Turma Da Bahiana O Círculo de Mulheres Brasileiras "em Buenos Aires 1989 A" Escola de Danças Brasileiras Balaio"(2003).

Até 2013 funcionava a "Fundación Centro de Estudios Brasileiros" (FUNCEB) acima mencionada, que tinha o objetivo de divulgar a cultura brasileira e a língua portuguesa na Argentina. Para isso, ofereceu uma ampla programação cultural que inclui expressões relacionadas às artes visuais, cinema e literatura. Também cursos de especialização e apresentações de livros, exposições e conferências. Vários desses eventos acontecem em língua portuguesa. O FUNCEB desenvolveu suas atividades em colaboração com a Embaixada do Brasil em Buenos Aires, por fazer parte da Rede Brasileira de Ensino da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa

(DPLP), órgão dependente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e responsável pela coordenação a política cultural estrangeira de seu país. Desde 2013, a Embaixada do Brasil está diretamente encarregada de promover atividades (aprendizagem de línguas, séries de filmes, exposições de arte, etc.), mas sua presença vem diminuindo em relação ao papel desempenhado pelo FUNCEB.

Considerações finais

Buscamos introduzir a questão da cultura no Mercosul primeiramente evidenciando o entendimento de cultura como um processo e uma dimensão central e constitutiva da organização social. Nesse sentido, destacamos a impotência das mídias como ‘elementos mediadores’ nas várias instâncias da vida contemporânea e nos circuitos globais, sua importância na formação das ‘identidades sociais e subjetivas’. Como assinalou Ortiz (1995), a transferência das tecnologias culturais equivale a uma transferência de modelos globalizantes de organização do poder.

Em seguida, analisamos como o institucionalismo liberal internacionalista por meio de suas organizações multilaterais, como a UNESCO, OCDE e a OEA, interferem nos processos de formulação das políticas culturais nacionais visando a promoção da normatização global dessas política. Essas idiosincrasias constituem o modus operandi das

organizações internacionais.

Na contra-mão dos múltiplos esforços desenvolvidos entre 2003 e 2015, observamos o inegável esfacelamento do multilateralismo nas mais diversas agendas pertinentes à integração Sul-latino-americana. Constatamos que a cultura é uma das poucas estruturas que sobrevive e resiste em meios aos desalentos com que o Mercosul vem sendo impactado.

Isto posto, este breve contexto sobre a centralidade da cultura objetivou significar as mudanças na política cultural do Mercosul, entre 2003 e 2015. A inovação de sua orientação voltada para a promoção de sujeitos e/ou coletivos. Mas, e, principalmente, este artigo aponta o quanto a cultura é vital para as dinâmicas e processos da integração latino-americana. Principalmente, quando destacamos que desde 1997, a questão da cultura foi amplamente discutida por Recondo como sendo o desafio e a condição básica para uma nova cultura da integração. Defendendo que ‘a cultura é o marco referencial que dá sentido a outras visões fragmentadas da sociedade’, que ‘proporciona o marco global e os elementos referenciais’ para o futuro da integração regional. Sua obra assinalava para uma integração ampliada do Mercosul propondo a ‘via a cultura’ como equivalente ao ideal de ‘solidariedade’, principal possibilidade de construção da necessária ‘solidariedade’ e ‘identidade’ para uma integração baseada na consciência de pertencimento comum ao espaço

historicamente compartilhado pelos latino-americanos. (RECONDO, 1997).

Notas

*Agradecemos a leitura e as observações de Pablo Victor Fontes.

- 1) A discussão sobre cultura e tecnologia está associada à produção da primeira geração da Escola de Frankfurt em textos seminiais como ‘O caráter afirmativo da cultura’ (MARCUSE, 1937) e ‘A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas’, (ADORNO; HORKHEIMER, 1944). Próximo a esse grupo, a visão de Benjamin em ‘A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica’, de 1935, confrontava-se com a visão de Adorno com quem manteve sustentado diálogo.
- 2) Sobre as indústrias criativas, Bolaño argumentou que : ‘Uma vez aceitos os novos parâmetros, o novo entorno cultural exigirá de cada participante “inovação”, “criatividade”, para fomentar os direitos de propriedade intelectual, o copyright, a expansão da cultura digital a serviço dos oligopólios que dominam os diferentes setores da comunicação, das telecomunicações, da informática etc. [...] “no campo cultural as disputas semânticas são também uma forma de se fazer política” [...] A marca de origem dos conceitos de indústrias criativas e de economia criativa, como bem expressou Schlesinger, é

370).

3) O orçamento foi fixado em US\$ 1 milhão e cada país membro contribui proporcionalmente de acordo com seu PIB. O Conselho do Mercado Comum, que instituiu o Fundo, anunciou que os países contribuirão na seguinte proporção: Argentina, 27%; Brasil, 70%; Paraguai, 1%, e Uruguai, 2%. O Fundo foi aprovado inicialmente pelos Congressos da Argentina e do Uruguai, mas somente em 2014 o Congresso brasileiro aprovou a contribuição brasileira.

4) Com o seguinte organograma: Comitê Coordenador Regional (CCR), Secretaria do Mercosul Cultural - SMC, Comissão do Patrimônio Cultural - CPC, Comissão da Diversidade Cultural - CDC, Comissão de Economia Criativa e Indústrias Culturais - Cecic, Fórum do Sistema de Informação Cultural do Mercosul - Sicsur.

5) <https://www.mercosur.int/que-es-el-mercosur-cultural/>

6) Ver em Plustrabajo, 2010, nº 19.

7) Disponível em: <http://www.cfkargentina.com/casa-cultura-villa-21-barracas/>. Acessado em 19 de setembro de 2020.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AZEVEDO DA FONSECA, Andre. “O valor do “egocard”: afetividade e violênciasimbólica na rede do Fora do Eixo. Web. 21 de junio de 2015. **Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 94-119, janeiro-março, 2015._

AMORIM, C. Entrevista do ministro Celso Amorim ao IPEA. 2010 . Ano 7 . Edição 61 - 13/07/2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=25:entrevista-celso-amorim&catid=30&Itemid=23

ACHUGAR, H. A política cultural no acordo Mercosul. **Estud. av.** [online]. Vol.8, n.20: 215-229, 1994. BARBOSA DA SILVA, Frederico A. Araújo Herton Ellery (Organizadores) **Cultura Viva avaliação do programa arte educação e cidadania**, *Brasília: IPEA*, 2010.

BAYARDO, RUBENS: “Políticas culturales y economía simbólica de las ciudades”, **Latin American Research Review**, Vol. 48, Special Issue. by the Latin American Studies Association. Impreso, 2013.

BOLAÑO, Cesar. Indústria e criatividade. Uma perspectiva latino-

americana. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 367-380, jul.-dez. 2011.

BRUNO, Sebastián. “Presencia brasileña en Buenos Aires, particularidades migratorias de una colectividad fuera de sistema” XV Encontro do Estudos poblacionais MG (policopiado), 2016. http://webiigg.socials.uba.ar/pobmigra/archivos/bruno_br_baires.pdf

CASTRO, NAZARET, 2012 “No todo es bellas artes” **El Diplo** Edición Nro 154 - Abril,

CISAC. *Un monde très culturel. Premier panorama mondial de l'économie de la culture et de la création*. Décembre, 2015. Link:<https://fr.cisac.org/CISAC-FR/l-universite-CISAC/Bibliotheque/Les-etudes-et-les-guides/Un-Monde-Tres-Culturel-Premier-panorama-mondial-de-l-economie-de-la-culture-et-de-la-creation>

CORAZZA, Gentil. O ‘regionalismo aberto’ da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1. pp. 135-152, 2006.

– Presidencia de la Nación, (2016) “Puntos de Cultura - Una política transformadora”, 2015. http://puntos.cultura.gob.ar/wp-content/uploads/2015/11/Puntos-de-cultura_Maquetacio%CC%81n-11.pdf. [RdPTRdS1] Web 10 mayo ,

- DALLE, Pablo. “Experiencias de inmigrantes brasileiros en Buenos Aires” **VI Jornadas de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales de la U.B.A y II Congreso Nacional de Sociología**. Buenos Aires, Argentina. 2004. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iigg-uba/20161118111231/PONDalle.pdf>
- DUARTE, Rodrigo. Indústria cultural - Uma introdução. Col. FGV de Bolso. Série Filosofia. Rio de Janeiro, 2010.
- DUARTE, Rodrigo. Indústria cultural e meios de comunicação. Col. Filosofias: o prazer de pensar. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2014.
- A América Latina tem fome de cultura. Pilar Álvarez; Javier Lafuente. El País. https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/17/cultura/1410981112_655895.html
- FORD, Anibal; MAZZIOTTI, Nora “Construcciones sobre la información en la prensa argentina sobre el Tratado del Mercosur” In GARCIA CANCLINI, Nestor. Culturas en globalización. **Revista Nueva Sociedad**, CLACSO, 1996.
- FERREIRA, JUCA. 2013. Pronunciamento sobre cultura, integração e desenvolvimento. [IV Encontro Internacional sobre Diversidade Cultural. Buenos Aires: 13/9/2006]. In: ALMEIDA, ABERNAZ, SIQUEIRA (orgs.) **Cultura pela palavra. Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010**. Rio de Janeiro: Versal.
- FERNANDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD** 8 (15), 458-485, 2019.
- FRIGERIO, Alejandro. “Migrantes Exóticos: Los Brasileiros en Buenos Aires”. **Runa 25. Instituto de Ciencias Antropológicas, UBA: 97-121**, 2004-2005. Consultado septiembre 2, 2019.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Políticas culturales en América Latina**. Buenos Aires, Grijalbo, 1987.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização**. [Trad.]. 1ª ed. 1995. Rio de Janeiro: EdUFRJ, , pp. 233-236, 1999.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. “La cultura global es una ficción” *en Revista Eñe*, Buenos Aires, setiembre, http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/filosofia/Nestor-Garcia-Canclini-cultura-global-ficcion_0_997100309.html. Web. 20 dic. 2014.
- GIL, Gilberto. Cultura, diversidade e acesso. In: **Diplomacia, Estratégia e Política**. Out./dez. Brasília: Funag, 2007.
- GONCALVES, W. Panorama da política externa brasileira no governo Lula da Silva. In: Freixo, Pedone, Rodrigues, Alves (orgs.). **A política externa**

brasileira na era Lula: um balanço. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GAUDIBERT, Pierre.. Action Culturelle. Intégration et/ou subversion. Paris: Casterman, 1972.

GODIN, Benoît. What's so difficult about international statistics. UNESCO and measurement of scientific and technological activities. **Project on the History and Sociology of S & T statistics.** Working Paper Nº 13, 2001. <http://www.csiic.ca/>.

HALL, STUART. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, UFRGS, vol. 22 (2): 15-46, jul/dez, , pp. 1-46, 1997.

LASH, SCOTT y Urry, John. **Economías de signos y espacios. Capitalismo de la posorganización**, Amorrortu, Buenos Aires, 1998.

LECHNER, Norbert "El capital social como problema cultural" s/r.

LECHNER, Norbert. "Nuevas ciudadanía's". **Revista Estudios Sociales**, Nº. 5, Bogotá, pp. 20-26, 2000.

LESSA, M. L. Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural. In: LIMA E sarti (ORG.). **Frontera, Universidad y Crisis Internacional.** VII Encontro Internacional do Forum do Mercosul. Foz do Iguaçu, 2009.

LESSA, M. L. Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural. **Mural Internacional.** vol. 1, n. 2., jul-dez.: 50-58, 2010. http://www.e-publicacoes_erj.br/index.php/muralinternacional/issue/view/394.

LESSA, M. L. (2002) Relações Culturais Internacionais. In: Menezes, Rollenberg, e Munteal (orgs.). **Olhares sobre o político. Novos ângulos, novas perspectivas.** Rio de Janeiro: Faperj/Uerj, : 11-26, 2002.

LESSA, Mônica Leite; Saraiva, M.; Mapa, D. M. "Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula". In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. (orgs.). **Política externa brasileira. As práticas da política e a política das práticas.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

LESSA, Mônica Leite. Bens e serviços culturais: o lugar do Brasil na cena internacional (2001-2006) In SUPPO, H.; LESSA, M. L. (Orgs.). **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural.** Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2012.

LESSA, Mônica Leite. Mercosul Cultural: caminho e perspectivas (2003-2015) In Carvalho, G.; Rossevics, L. (Orgs.). **Diálogos Internacionais. Reflexos críticos do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Ed. Perse, 2017.

- LESSA, Mônica. FONTES, Pablo Et Al. UNESCO/Fundación Editorial de Belgrano, 24; 32; 266-270, 1997.
- Core-Periphery: a critical analysis of curricular guidelines for undergraduate courses in International Relations in Brazil. **Carta Internacional**, 2020. (No Prelo).
- MATO, Daniel. “Desfetichizar la globalización: basta de reduccionismos, apologías y demonizaciones, mostrar la complejidad y las prácticas de los actores”. **Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**, 2. UNESCO/IESALC-CLACSO. pp. 147-179, 2001.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- NEPOMUCENO, M. M. “Memória: o projeto cultural do Brasil na América Latina a partir dos anos 40”. In: Sarti, Perrota, Lessa, Carvalho(orgs.). **Por Uma Integração Ampliada da América do Sul no Século XXI**. vol. 2, Rio de Janeiro: FoMerco/Perse, 2013.
- PASSOS, RODRIGO Duarte Fernandes dos. Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 2, p. 1-19, 2013. Available at: <<http://hdl.handle.net/11449/115250>>.
- RECONDO, GREGORIO. *Identidad, integración y creación cultural en America Latina. El desafio del Mercosur*. Buenos Aires:
- RESTEPRO, Eduardo. *Sobre os Estudos Culturais na América Latina. Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 1, p. 21-31, jan.-abr. pp. 21-31, 2015.
- RIGIROZZI, PIA.; TUSSIE, DIANA. Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomia perspectivas **Revista de Ciencias Sociales**. Año 3. No. 5 - Enero-Junio, pp. 6-21, 2018.
- SOARES, Maria. Suzana (2008). A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. [online]. vol.51, n.1,: 53-69, 2008.
- UNESCO (2005). *Echanges internationaux d’une sélection de biens et services culturels, 1994-2003*. L’Institut de Statistique. Montreal http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/culture05_fr.pdf
- UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010**. Disponível em: http://unctad.org/pt/docs/ditctab2010_3_pt.pdf. Acessado em 17 de setembro de 2020
- WILLAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. [Trad.]. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- WORTMAN, Ana. “De cultura y política a cultura en red en América Latina: el caso de la Argentina” en Sarti, Ingrid (Comp.) **Ciencia, política e Sociedade**.

As ciencias sociais na América do Sul. UFRGS editora. Brasil, 2008.

capitalismo tardío. Atuel Parusía, Buenos Aires, 2003.

WORTAN, Ana. **Entre la política y la gestión de la cultura y el arte. Nuevos actores en la Argentina contemporánea.** Buenos Aires, EUDEBA, 2009.

WORTMAN, Ana. “Crisis social y políticas culturales en la Argentina. Espacios de la sociedad civil, generadores de proyectos culturales”. En Cvjeticanin, Biserka **Dynamics of Communication: new ways and new actors.** Culturelink Unesco, Zagreb. PP. 115-127, 2009.

WORTAN, Ana. “Redes como práctica: su impacto en el desarrollo de América Latina” en Cvjeticanin, Biserka Networks, **The evolving aspects of cultura in the 21st Century,** Culturelink IMO, Zagreb pp. 175-185, 2011.

WORTAN, Ana. **Mi Buenos Aires querido. Entre la democratización cultural y la desigualdad educativa.** Prometeo Libros, Buenos Aires, 2012.

WORTAN, Ana. “25 años de giros en las políticas culturales en America Latina” en Firmani, Emiliano y Tasat, Jose Gestión cultural en Argentina, RGC Libros, Buenos Aires. pp 301-317, 2019.

YÚDICE, George. **El recurso de la cultura. Usos de la cultura en la era global.** Gedisa, Buenos Aires, 2003.

ZIZEK, Slavoj. **A propósito de Lenin. Política y subjetividad en el**

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a dimensão cultural do Mercosul, sobretudo nos aspectos da política cultural do Bloco, entre 2003 e 2015. Circunscrevemos nossas reflexões à Argentina e ao Brasil, de forma a se discutir a circulação de práticas e ideias que marcaram as relações culturais mercosulenas, em especial entre esses dois países.

Palavras-chave: Mercosul; cultura; Brasil; Argentina; integração regional

Abstract

This article aims to reflect on the cultural dimension of Mercosur, especially in aspects of the cultural policy of the Bloc, between 2003 and 2015. We circumscribe our reflections to Argentina and Brazil, in order to discuss the circulation of practices and ideas that marked the Mercosurian cultural relations, especially between these two countries.

Keywords: Mercosur; culture; Brazil; Argentina; regional integration